

Fluxos de lama e de capital: o ativismo acionista como estratégia capitalista contra o capitalismo¹

Caio Mader – doutorando no PPGAS/DAN/UnB

Palavras-chave: ativismo acionista, capitalismo, antropologia

Introdução

O presente artigo é fruto de um projeto de pesquisa de doutorado ainda em seus primeiros estágios de desenvolvimento e que tem como principal objetivo analisar as práticas de ativismo empreendidas pela Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). Mais especificamente, o projeto atentará para sua estratégia de ser um dos acionistas minoritários da corporação mineradora Vale S.A, condição essa que lhe garante voz e voto nas assembleias anuais de acionistas da empresa. Deter ações, nesse caso, extrapola um entendimento estritamente financeiro visando lucro a partir de investimentos em entidade de capital aberto e aponta para outros sentidos do acionismo, o que na literatura acadêmica é conhecido como “ativismo acionista”.

A pesquisa deter-se-á na interface entre o papel econômico da AIAAV, em sua posição enquanto acionista, e sua atuação política possibilitada por essa condição. Desde sua criação, em 2010, a AIAAV vem envidando esforços na denúncia das violações socioambientais da Vale S.A, sendo o rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão, no primeiro mês de 2019, a mais recente delas. Primeiramente, procuro introduzir o evento, os principais objetivos da AIAAV, bem como situar as primeiras mobilizações que esta lançou mão como reação aos impactos sociais e ambientais dele decorrentes.

Devido ao estágio ainda incipiente do projeto de pesquisa, este artigo não expõe ou analisa dados etnográficos, mas se concentra primordialmente na revisão bibliográfica que subsidia o tema, tendo como norte a prospecção de futuras possibilidades de trabalho de campo.

O desastre de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, rompe uma barragem de rejeitos administrada pela mineradora Vale S.A., na cidade de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento, contudo, não

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

veio como fato isolado, uma vez que outro vazamento de rejeitos minerais, sob responsabilidade da Samarco (controlada pela Vale e BHP Billiton) ocorrera há pouco mais de três anos, em novembro de 2015, na cidade de Mariana, no mesmo estado. Além de resultar em mais de duzentas mortes, desabrigamento e devastação ambiental, o rompimento de Córrego do Feijão também reacendeu o debate sobre grandes corporações, violações de direitos humanos e sustentabilidade ambiental.

Logo após à tragédia, no dia 30 de janeiro, um grupo de acionistas críticos, pertencentes à AIAAV², encaminhou uma denúncia à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Economia cujo principal objetivo é “fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil”³. Sob a alegação de que a mineradora estava ciente dos riscos socioambientais referentes à barragem⁴, o pedido de instauração de inquérito administrativo condenou o ocultamento de informações cruciais aos investidores acerca dos riscos de suas atividades mineradoras. Tal omissão dos fatores de risco aos seus acionistas configuraria crime de “manipulação de mercado”, uma vez que esse acobertamento evitaria o rebaixamento da cotação de seu valor mobiliário. Além da demanda de inquérito à CVM, a AIAAV protocolou um pedido junto ao conselho de administração da mineradora Vale S.A. requisitando a destituição da diretoria executiva da empresa, como necessária para a imparcialidade das investigações e devida imputação aos responsáveis⁵. O pedido cita o compromisso firmado pelo diretor-presidente quando de seu discurso de posse, em que garantiu uma gestão ambientalmente sustentável sob o lema “Mariana nunca mais”. Em paralelo, solicitou a realização de uma assembleia extraordinária, demandando acompanhar os encaminhamentos de indenização aos atingidos e aos danos ambientais causados.

A atuação da AIAAV, no entanto, não se restringe ao âmbito nacional e tampouco às instâncias internas da Vale S.A. É ilustrativo, nesse sentido, a fala de um de seus representantes

² A Articulação define-se como ente que “congrega inúmeras organizações com o objetivo de trocar experiências e lutar em conjunto contra o poder destrutivo que a mineradora Vale exerce sobre a natureza, povos e comunidades tradicionais, trabalhadoras e trabalhadores nos países em que explora”. Ver em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2019/04/11/fala-da-articulacao-do-evento-non-au-sommet-des-pilleurs-et-pollueurs-a-lausanne-nao-ao-seminario-acontecido-em-lausanne-dos-que-pilham-e-poluem/#more-2025> (Último acesso em: 20/06/2019).

³ Para saber mais a respeito da CVM, vide site oficial: http://www.cvm.gov.br/menu/aceso_informacao/institucional/sobre/cvm.html (último acesso em: 20/06/2019).

⁴ Vide: <http://www.global.org.br/blog/acionistas-pedem-abertura-de-inquerito-sobre-vale-na-comissao-de-valores-mobiliarios/> (último acesso em: 20/06/2019).

⁵ Vide: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2019/02/05/acionistas-pedem-destituicao-da-diretoria-da-vale/> (último acesso em: 20/06/2019).

no evento de “Contra Cúpula” ocorrido na Suíça, em março de 2019, concomitante à Cúpula Global de Matérias-Primas, no mesmo país, organizada pelo “Financial Times” (*FT Commodities Global Summit*). Trata-se, este último, de um fórum internacional anual com a participação de executivos reunidos com o principal intuito de construir uma agenda para a exploração de *commodities* oriundas de países do Sul Global⁶.

Como instituição participante desse encontro, a AIAAV fez uma fala não só denunciando o desastre de Brumadinho, mas inserindo-o numa conjuntura político-econômica na qual a mineração aparece como parte de um problema que a transcende e a complexifica⁷. Logo de início, a representante da entidade, uma advogada, destaca o principal objetivo da AIAAV, a saber, denunciar as transgressões da mineradora a partir de casos acompanhados no Brasil e a nível internacional, ressaltando que os discursos de “governança corporativa” e “responsabilidade social” pela empresa operam como cortina de fumaça para uma miríade de violências contra populações afetadas pela indústria mineradora, à margem do Estado, o qual, segundo suas palavras, “atua como um servo do Poder Econômico”.

Outra interrelação que a representante da AIAAV estabelece é entre a segurança das instalações mineiras, bem como a defesa dos direitos socioambientais, com os ciclos de preço do mercado mundial de *commodities*. Assentando-se em estudos, a advogada afirma que rompimentos de barragem acontecem entre 25 e 29 meses após períodos de boom na cotação de minérios. Isso porque esses picos acelerariam a extração sem investimentos em segurança no mesmo compasso, sob a lógica de maximização de lucros, que também seria norteadora de artifícios econômicos empreendidos pela Vale: o minério de ferro é vendido a preços abaixo do valor de mercado a subsidiárias alocadas em outros países a fim de que sejam revendidas, posteriormente, ao preço corrente, gerando uma margem que acarreta em déficits na arrecadação tributária pelo governo brasileiro. Além disso, a corrupção quando de sua privatização nos anos 90 também foi fator marcado pela subvalorização da empresa como estratégia de sonegação, gerando uma dívida à previdência social que, como bem lembra a representante, não é referenciada nos atuais trâmites da reforma da previdência, seletivamente onerosa aos contribuintes.

⁶ Vide: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2019/04/10/articulacao-internacional-das-atingidas-e-atingidos-pela-vale-participa-de-encontro-que-questiona-as-isencoes-fiscais-concedidas-pelo-governo-suico-em-favor-de-multinacionais-que-pilham-e-poluem-os-pa/> (último acesso em: 20/06/2019).

⁷ Disponível na íntegra em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2019/04/11/fala-da-articulacao-do-evento-non-au-sommet-des-pilleurs-et-pollueurs-a-lausanne-nao-ao-seminario-acontecido-em-lausanne-dos-que-pilham-e-poluem/#more-2025> (último acesso em: 20/06/2019).

Por fim, a advogada conclui que o enfrentamento a essa realidade depende de um entendimento que englobe a divisão internacional do trabalho, sob o que chama de “pacto neocolonial”: a dependência de países exportadores de bens primários a produtores de tecnologia de ponta cujos lucros se fazem sobre predações socioambientais decorrentes de desastres como o de Brumadinho. A interconexão entre social, econômico e ambiental, portanto, é base de seu apelo para que “lutemos contra o modo de produção capitalista”, voltado à coletivização dos danos a serviço do lucro de poucos acionistas.

Ativismo acionista: um sobrevoo bibliográfico

A prática de ativismo acionista, segundo Vargas (2013), pode abranger qualquer engajamento por parte de acionistas não majoritários que almeje influenciar a gestão de uma empresa, fazendo valer seus interesses. No entanto, a definição de ativismo acionista é um conceito em disputa, uma vez que algumas práticas, como o desinvestimento, nem sempre são vistas como estratégias dessa modalidade, porque rompem com a relação acionista-empresa. De outro lado, outros autores, como Bedford, Smart e Wilson (2018:8) defendem que as campanhas de desinvestimento ocorridas contra empresas sul-africanas pressionando pelo fim do *Apartheid* são, de fato, um grande exemplo de ativismo acionista.

Ivanova (2016:8), por sua vez, ressalta que muitos estudos da área de movimentos sociais têm se concentrado no que chama de “táticas radicais” de boicotes e protestos, sem atentar para o “ativismo por dentro das corporações” (tradução minha). Embora seja relevante pontuar a emergência de ONGs como propulsoras do ativismo acionista, dentre as quais estão ONGs de relevância global como Anistia Internacional, Friends of the Earth e Greenpeace (*ibid*:4), é importante destacar a pesquisa de Jardim (2007), cujo enfoque recai sobre a utilização de capital especulativo de fundos de pensão públicos pelo governo Lula, como estratégia de “domesticação do capitalismo”, com um duplo movimento: ao mesmo tempo que foram investidores nas áreas de infraestrutura e programas sociais, a partir de seus recursos, a ampliação da participação de sindicalistas na gestão desses fundos acentuou um ativismo sobre as empresas capitalizadas, abrindo espaço para sua democratização e responsabilidade social de suas aplicações.

Contudo, estudos nessa área possuem forte concentração em países anglo-saxões, como evidenciam os trabalhos de Strickland, Wiles e Zenner (1996), Smith (1996) e Gillan e Starks

(2000). E, embora algumas pesquisas tenham se voltado ao continente europeu⁸, a escassez a respeito desse tema é ainda patente no Brasil, como bem apontam Mansur e Chernicharo (2019), com estudos voltados mais ao ativismo de investidores institucionais, notadamente os fundos de pensão (Crisóstomo e González 2006; Punsuvo, Kayo e Barros 2007; Santana 2017; Jardim 2007).

Desejo ajustar o foco, porém, para o ativismo acionista socialmente orientado. Isso porque o enfoque financeiro desse ativismo é predominante na literatura acadêmica sobre o tema, devido, principalmente, ao fato de que a proeminência de preocupações socioambientais no cenário internacional é relativamente recente, o que vem impactando na gestão empresarial de entidades de capital aberto, como é caso da Vale S.A (Bedford, Smart e Wilson, 2018; Mansur e Chernicharo, 2019).

Com efeito, preocupações socioambientais têm ganhado relevância no mercado financeiro e servido de fator de pressão no contexto do ativismo acionista. Notória evidência disso é a aprovação, em 2006, no âmbito das Nações Unidas, dos Princípios para o Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment - PRI). O documento consolida o entendimento de que temas relacionados a meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa devem ser vinculados ao desempenho das carteiras de investimentos de investidores institucionais (Pereira, 2012:11). A adesão aos princípios faz com que empresas interessadas na participação de investidores em seu capital adiram aos parâmetros de sustentabilidade, ao mesmo tempo que acionistas socialmente orientados se valem do peso desses investidores para barganhar ou empenhar campanhas visando à conformidade desses critérios.

É ilustrativo, no caso de Brumadinho, a retirada da Vale S.A. da carteira de investimentos do maior fundo de pensão da Noruega, o *KLP Kapitalforvaltning*. Em nota, a chefe de investimentos responsáveis do fundo destaca os danos ambientais e humanitários, contrários aos princípios de investimento responsável da instituição, constituindo “risco inaceitável”, o que justificou a venda de todas as suas ações⁹. Nesse sentido, fica evidente a importância do que Ivanova (2016:15), apoiando-se em Raeburn (2004), nomeia de “frame blending”. Trata-se do esforço de convergir interesses entre acionistas ativistas e demais

⁸ Destaco os trabalhos de Jong, Mertens e Roosenboom (2006) e Judge, Gaur, Muller-Kahle (2010).

⁹ Ver matéria em: <https://oglobo.globo.com/economia/maior-fundo-de-pensao-da-noruega-exclui-vale-de-sua-carteira-por-caoa-de-brumadinho-23642078> (último acesso em: 20/06/2019).

acionistas, sobretudo majoritários, como é o caso do *KLP*, a fim de traduzir violações, sociais ou ambientais por parte da empresa, como um risco ao investimento, ganhando poder de barganha para dissuadir empreendimentos, conseguir apoio em campanhas, aprovar resoluções nas assembleias anuais de investidores da companhia ou dissuadi-los de manterem ações. Esse mecanismo de tradução pode ser descrito pelo que Mansur e Chernicharo (2019) nomeiam de “moralização do investimento”, isto é, a crescente importância de “incorporar elementos alheios à esfera econômica, em especial preocupações éticas” (:43).

Assim como manter o capitalismo contemporâneo em perspectiva é uma preocupação do ativismo acionista socialmente orientado, a academia tem refletido sobre seus impactos no planeta sob distintos enfoques, que tematizam também sobre a produção de conhecimento e seus compromissos político-epistemológicos no seu enfrentamento. A análise das possibilidades de vida em meio à precariedade surge como uma preocupação epistemológica combativa a uma narrativa univocal de progresso, marcada pela supremacia do humano frente à natureza, que tem a devastação como único resultado possível. Essa reconfiguração epistemológica sobre o período em que vivemos, não obstante os mais diversos nomes que o descrevem – Antropoceno, Capitaloceno, Chtuluceno, entre outros – sem negar a destruição causada pela exploração capitalista, propõe um ajuste de olhar para as “costuras do capitalismo”; para os interstícios onde a vida continua a vicejar, em que, menos que indivíduos, vemos “arranjos multiespécies” configuradores não de uma narrativa heroica do humano, mas de múltiplas histórias do planeta sob um novo enfoque (Tsing 2015a, 2015b; Haraway 2016a, 2016b). Menos do que traçar as fronteiras entre vida/não-vida e natureza/cultura, tão caras ao “geontopoder” na gestão dos bens naturais como fonte lucrativa aos interesses de mercado (Povinelli, 2016), trata-se de reajustar os pressupostos sobre os quais as ciências naturais e humanas se erigem, cujos enfoques político-econômicos a respeito de cenários contemporâneos de subordinação e dominação seguem marginalizando modos de pensamento não ocidentais, notadamente povos indígenas, afeitos mais aos emaranhamentos do que às divisões (De la Cadena 2018; Danowski e Viveiros de Castro 2014, Kopenawa e Albert 2015) .

Deve-se, portanto, estabelecer uma justaposição crítica entre a produção de saber, e a legitimação de práticas de predação, colocando em evidência tanto como reiteramos violências em nossas práticas epistemológicas quanto a não neutralidade do conhecimento produzido, não raro apropriado pelo Estado e mercado a fim de satisfazer seus interesses (Povinelli 1995; Borges *et al* 2015; Ribeiro 1991). Tal preocupação parece dialogar com o que Stengers denomina de “ecologia das práticas” (Stengers, 2005). A produção de conhecimento, para a filósofa belga, deve ser pautada por sua politização, como fruto de um meio e, por isso, avesso

a generalizações universais. É um convite a “dar à situação o poder de nos fazer pensar e não reconhecer”. A ecologia das práticas, em suma, é uma “ferramenta não-neutra porque compreende a decisão de nunca aceitar a destruição Capitalista como abertura a qualquer coisa que não o Capitalismo em si” (*ibid*:185, tradução minha).

À falácia da neutralidade dos dados, ancorada em pressupostos positivistas, é importante contrapor epistemologias sensíveis a politizá-los, críticas ao que se apresenta apoliticamente como ciência ou mercado. Nessa chave, há importantes trabalhos preocupados em mostrar, por exemplo, como o cálculo torna-se ferramenta para cancelar políticas públicas, invisibilizando a perspectiva de populações afetadas, sobretudo indígenas, no caso da construção de hidrelétricas (Morawska, 2014; Mantovanelli 2016). No que concerne ao mercado de ações, é notório o uso dos números como linguagem de índices quantificadores de dimensões trabalhistas e socioambientais no desempenho corporativo de empresas, a fim de que se tornem atrativas a potenciais acionistas também preocupados com aspectos éticos de seus investimentos (Mansur e Chernicharo, 2019).

Tais aportes dialogam diretamente com a atual proposta da Antropologia da Economia, a qual, diferentemente da Antropologia Econômica¹⁰, coloca o desafio de etnografar trocas e fluxos de dinheiro do capitalismo contemporâneo sem perder de vista a constituição da economia enquanto ciência (Neiburg, 2010). Nessa linha, vale destacar a etnografia de Muller (2006) sobre a Bolsa de Valores de São Paulo, tomando-a como espaço social, no qual, não obstante a predominância do imaginário de racionalidade, a emoção é parte na formação de subjetividade e identidades de seus operadores. Destacam-se também os estudos voltados à “performatividade” da ciência econômica, cujo argumento central reside na ideia de que teorias e modelos econômicos menos do que causas, são efeitos que reificam a economia e orientam os agentes de mercado (Callon, 1998; Fourcade, 2007).

Possíveis caminhos da encruzilhada capital-ativismo

Minha principal motivação é investigar a interface entre capitalismo financeiro contemporâneo e predação socioambiental, tal como a AIAAV mobiliza, na tentativa de entender a aposta no ativismo acionista socialmente orientado como um problema antropológico. A partir dessa interface, pretendo dialogar com os estudos pertencentes ao que

¹⁰ É preciso pontuar que reflexões sobre dinheiro e troca já se fazem desde longa data na Antropologia, sendo seminais os trabalhos de Malinowski (1921), Mauss (2003[1923-24]) e Polanyi (2000 [1944]).

tem sido chamado de Antropologia do Capitalismo e com a Antropologia da Economia, cujas algumas de suas referências procurei sucintamente discutir.

Tenho como hipótese que os campos econômico, social e ambiental não se constituem a partir de relações antagônicas, mas que estão inescapavelmente imbricados entre si. Para sustentá-la, embaso-me nos valiosos aportes dos autores e autoras aqui discutidos, os quais procuram, desde diferentes perspectivas, dar inteligibilidade a como as relações de capital se constroem politicamente a partir de interesses que jamais foram “puramente” econômicos, muito embora posições de neutralidade e estratégias de evasão política em nome da técnica sejam recorrentes como mecanismos de legitimação de interações corporativas e de mercado em geral. Como consequência, o ativismo acionista crítico não é “puramente” social, não obstante sua articulação com atores da sociedade civil, munindo-se de estratégias e sujeitos que não se definem estritamente como corporativos ou financeiros.

Buscando atentar para essas múltiplas interfaces e justaposições, intento pesquisar, etnograficamente, tanto a partir de documentos produzidos no escopo da AIAAV¹¹, tais como panfletos, relatórios, notas de repúdio, entre outros, quanto da participação de acionistas críticos(as) nas assembleias anuais da Vale S.A. e seus pronunciamentos públicos, como se dão os arranjos que permitem alavancar esse tipo de estratégia. Nesse empreendimento, a tradução de demandas e denúncias em linguagem econômica e seu reverso, isto é, o investimento em suas implicações e responsabilizações em desastres como o de Brumadinho é de especial interesse.

Em certo sentido, trata-se de enfrentar um aparente paradoxo: se podemos pensar que estamos diante de estratégias infiltradas no interior institucional das empresas, lógica sugerida pela própria operação do ativismo acionista crítico, tal sugestão de “interioridade” tem uma rentabilidade investigativa claramente limitada. Como vemos pelas ações da AIAAV descritas na primeira seção deste artigo, existe um esforço de denúncia e responsabilização que tanto transcende as instâncias burocráticas da Vale S.A., quanto os efeitos propriamente locais desses desastres, porquanto se torna imprescindível visibilizar as interconexões entre eles e os investimentos acionários que lhes dão origem e continuidade. “Fora” e “dentro” são noções

¹¹ Annelise Riles (2001, 2006) privilegia uma abordagem etnográfica na qual os documentos são pensados como “artefatos paradigmáticos das modernas práticas de conhecimento” (ibid, 2006:2). Outros trabalhos que fazem uso dessa abordagem podem ser encontrados em Cunha (2004), Ferreira (2013), Lowenkeon e Ferreira (2014), Munhoz (2013), Perin (2013) e Vianna (2014).

metafórico-espaciais que parecem, nesse caso, se confundir, complexificando e implodindo binarismos na compreensão de nossos enredamentos com o capitalismo.

Referências Bibliográficas

BORGES, Antonádia Monteiro. On people and variables: the ethnography of a political belief. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 2, p. 1-21, 2006.

_____, COSTA, A. C. ; COUTO, G. B. ; CIRNE, M. ; LIMA, N. A. E. ; VIANA, T. ; PATERNIANI., S. Z. “Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa”. *Revista Sociedade e Estado*, 30 (2): 347-369, 2015.

CALLON, Michel. (1998). *The Laws of the Market*. Oxford: Blackwell Publishers.

CRISÓSTOMO, V. L., GONZÁLEZ, E. V. Possível estratégia de ativismo de fundos de pensão no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 10, n. 1, p.139-155, 2006.

CUNDILL, GJ; SMART, P; WILSON, HN. (2018) Non-financial shareholder activism: a process model for influencing corporate environmental and social performance. *International Journal of Management Reviews* 20(2):606–626.

CUNHA, Olivia. M. Gomes da. Tempo imperfeito. Uma etnografia do arquivo. *Mana* 10 (2): 287-322. 2004.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre medos e fins*. São Paulo: ISA; Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117, 2018.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. “ preencher ” reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 19, p. 39-68, 2013.

FOURCADE, Marion. 2007. “Theories of markets, theories of societies”. *American Behavioural Scientist*. 50(8): 1015-1034.

GILLAN, S. L.; STARKS, L. T. A survey of Shareholder activism: motivation and empirical evidence. *Social Science Research Network – SSRN*, 1998. Disponível em:<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=663523>. Acesso em: 20/06/2019.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom*, ano 3, n.5, “Vulnerabilidade”, 2016a.

_____. *Staying with the trouble: making kin in the Chtulucene*. Durham: Duke Press, 2016b.

IVANOVA, Mila (2016) "Shareholder activism and the ethical harnessing of institutional investors: The unique case of ShareAction", *critical perspectives on international business*, Vol. 12 Issue: 2, pp.189-214.

JARDIM, M. A. C. 2007. Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. Tese de Doutorado. Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos-SP.

JONG, A. de; MERTENS, G.; ROOSENBOOM, P. Shareholders' voting at general meetings: evidence from the Netherlands. *Jornal of Management and Governance*, v. 10, n. 4, p. 353-380, 2006.

JUDGE, W. Q.; GAUR, A.; MULLER-KAHLE, M. I. Antecedents of shareholder activism in target firms: evidence from a multi-country study. *Corporate Governance: An International Review*, v. 18, n. 4, p.258-273, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1921. "The Primitive Economics of the Trobriands Islanders." *The Economic Journal*, 31: 1-16.

MANTOVANELLI, Thais. Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma crítica indígena à política dos brancos. 2016. Tese de Doutorado. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social. São Carlos.

MANSUR, MAÍRA SERTÃ; CHERNICHARO, L. . Ativismo de acionistas: reflexão e ação através da intervenção da Articulação Internacional dos atingidos e atingidas pela Vale (AIAAV) nas assembleias de acionistas da empresa Vale S.A.. In: 6ª Jornada das Ciências Sociais da UFJF, 2020, Juiz de Fora. 6ª Jornada das Ciências Sociais da UFJF Conflitos e Memória (des) integração da América Latina, 2019. p. 41-59.

MAUSS, Marcel. 2003 [1923-24]. "O Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosaq Naif.

MÜLLER, Lúcia Helena. (2006), *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a bolsa de valores*. Porto Alegre, Zouk.

MUNHOZ, Sara Regina. A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto. São Carlos, 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos.

NEIBURG, Federico. 2010. "Os sentidos sociais da economia". In: DIAS DUARTE, Luiz Fernando (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil – Antropologia*. ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial.

PEREIRA, Karina Rodrigues. Os princípios para o investimento responsável (PRI) e o ativismo dos fundos de pensão. Dissertação (Mestrado em Administração) na Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

PERIN, Vanessa Parreira. Um campo de refugiados sem cercas: etnografia de um aparato transnacional de governo de populações refugiadas. São Carlos, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos.

POLANYI, Karl. 2000 [1944]. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campos.

POVINELLI, Elizabeth A. Do rocks listen? The cultural politics of apprehending Australian Aboriginal labor. *American Anthropologist*, v. 97, n. 3, p. 505-518, 1995.

_____. *Can Rocks Die? Life and Death inside the Carbon Imaginary*. In *Geontologies. A requiem to late liberalism*. Durham: Duke, 2016.

PUNSUVO, F. R.; KAYO, E. K.; BARROS, L. A. B. C. O ativismo dos fundos de pensão e a qualidade da governança corporativa. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 18, n. 45, p.63-72, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Editora Marco Zero & ANPOCS, 1991.

RILES, Annelise. Documents: artifacts of modern knowledge. USA/ The University of Michigan Press, 2006.

SANTANA, M. U. S. Fundos de pensão e estratégia de desenvolvimento nos governos do PT. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) no Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2017.

SMITH, M. P. Shareholder activism by institutional investors: evidence from CalPERS. *The Journal of Finance*, v. 51, n. 1, p. 227-252, 1996.

STENGERS, Isabelle. Introductory Notes to an Ecology of Practices. *Cultural Studies Review*. vol 11 n. 1 Mar. 183-196, 2005.

STRICKLAND, D; WILES, K. W.; ZENNER, M. A requiem for the USA is small shareholder monitoring effective?. *Journal of Financial Economics*, v. 40, n. 2, p.319-338,1996.

TSING, Anna Lowenhaupt. “Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras”. *Ilha*. v.17, n.1, pp.177-201. Florianópolis. 2015a.

_____, *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*, Princeton/Oxford, Princeton University Press, 2015b.

VARGAS, Luiz Henrique. Ativismo de acionistas no mercado acionário brasileiro: evidências e determinantes em empresas listadas na BM&FBovespa.2013.Dissertação (mestrado em ciências contábeis) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

VIANNA, Catarina Morawska. “A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados”. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, v. 25, n. 2, 2014.